

Marco Aurélio Gonçalves Ferreira

A Presunção da Inocência e a Construção da Verdade:

*Contrastes e Confrontos em perspectiva
comparada (Brasil e Canadá)*

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 *by* Marco Aurélio Gonçalves Ferreira

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

968254

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	xiii
PREFÁCIO	xvii
INTRODUÇÃO	xxiii
CAPÍTULO I - Opção Metodológica: Direito Comparado ou Método Comparativo?	1
1.1 A Hermenêutica Filosófica e a compreensão do outro	1
1.2 Algumas referências do método aplicado ao Direito Comparado	11
1.3 Algumas referências do método aplicado pelas Ciências Sociais	15
CAPÍTULO II - Sistemas Jurídicos e a Produção da Verdade	23
2.1 Uma revisão dos antecedentes históricos	23
2.2 A construção da verdade jurídica processual a partir dos padrões de prova no Direito anglo-saxão	28
2.3 Alguns aspectos que orientam a sistemática do Direito anglo saxão do EUA e Canadá	32
2.4 Alguns aspectos que orientam a sistemática do Direito brasileiro	38
2.5 Traços de distinção do sistema criminal brasileiro e do sistema anglo - americano	39
CAPÍTULO III - <i>Beyond Reasonable Doubt</i> e a Presunção de Inocência	45
3.1 Contextualização da presunção da inocência na tradição anglo-saxônica	45
3.2 A presunção de inocência no Direito brasileiro	50
3.3 Análise da lógica que orienta o Processo Penal brasileiro	58
3.3.1 A lógica do princípio da Verdade Real	58
3.3.2 Limitação pela Motivação	63
3.4 Análise do princípio da imparcialidade do juiz a partir de sua lógica estruturante	67
3.5 Análise do princípio da igualdade a partir de sua lógica estruturante	69

3.6 Análise do princípio da publicidade a partir de sua lógica	78
3.7 Análise do princípio do contraditório	87
CAPÍTULO IV - O devido processo legal	
e a presunção de inocência	95
CAPÍTULO V - Bases do sistema	
da <i>Common Law</i> Anglo-Americana	101
5.1 Bases procedimentais da administração	
da justiça criminal dos Estados Unidos	101
5.2 Bases procedimentais da administração	
da justiça criminal do Canadá	108
5.2.1. O ritual do júri no Canadá: uma descrição	124
CAPÍTULO VI - As Provas no Processo	
em Perspectiva Comparada	131
6.1 Análise do conceito de Prova em uma	
perspectiva comparada	132
6.2 Análise da prova e seu objeto	143
6.3 Análise da iniciativa instrutória do juiz	
no Processo Penal brasileiro	148
6.4 Alguns princípios que orientam a prova	156
CAPÍTULO VII - O direito de permanecer calado	
e a vedação à autoincriminação	159
7.1 A Confissão e a garantia da vedação autoincriminação	171
CAPÍTULO VIII - A admissibilidade da prova e da evidência	179
8.1 A evidência no Direito Anglo-Saxão	180
8.2 Evidência direta e evidência circunstancial no Direito	
anglo-saxão norte-americano	181
8.3 Regras que regulam a exclusão	
das provas em matéria criminal	191
8.4 A lógica da proibição das provas ilícitas	197
CAPÍTULO IX - Cross-examination e a pergunta	
direta à testemunha	209
CONCLUSÃO	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
SITES DA INTERNET	237